

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Geografia

**A GEOGRAFIA NO BAIRRO**  
**exercícios de campo na Fazenda do Carmo**

Julia D'Avlis Rodrigues Mendes

São Paulo  
2022

Julia D'Avlis Rodrigues Mendes

A GEOGRAFIA NO BAIRRO  
exercícios de campo na Fazenda do Carmo

Trabalho de Graduação Individual  
apresentado ao Departamento de Geografia  
da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São Paulo  
como requisito para obtenção do título de  
Bacharela em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Simone Scifoni

São Paulo

2022

## **Agradecimentos**

À professora Simone por, em tempo, ter aceitado me orientar, por tornar o TGI algo possível de ser feito e pelo jeito como ela trouxe a discussão da relevância do trabalho de campo. Ao Jônatas pela leitura e contribuições na escrita do texto. Às professoras Elisa e Amélia pela participação e contribuições na banca de defesa. À Adriane pela ajuda na elaboração do mapa. Aos professores e professoras que fizeram parte da minha formação. Aos meus e minhas colegas de curso com quem troquei ideias, leituras e experiências interessantes. Aos meus e minhas amigas do Crusp por terem dado sentido à jornada universitária, em especial à galera da Moradia Retomada e do Fundão.

À Marisa, à Tamires, ao Moura, à Luciana e ao Gil pela boa vizinhança. À Jô, ao Diego, ao Cláudio e ao Leo pelas conversas sobre o bairro. Ao Ag por ter me acompanhado em um dos meus exercícios de campo.

À Catalina, que acompanhou todo o processo. À Geralda por ter vindo em casa ficar com minha filha para que eu pudesse me dedicar ao TGI. À Verônica e à Isabel por tudo. Ao meu companheiro Leandro por dividir a vida comigo. À minha filha Maya por alegrar os dias. À vida, que me ha dado tanto.

## **Resumo**

Este trabalho foi realizado com base na disciplina FLG 0435 - Trabalho de Campo em Geografia I, ministrada pela professora Simone Scifoni no primeiro semestre de 2021. A partir do debate sobre a importância do trabalho de campo na Geografia e do posicionamento de quem pesquisa; das propostas de exercícios de campo e sua síntese; e das perspectivas teóricas adotadas, o curso buscou nos (re-)inserir na atividade da pesquisa de campo, especificamente, na Geografia Urbana. Como alternativa à pandemia do coronavírus, o programa previu a realização dos trabalhos de campo nos bairros de residência dos alunos e privilegiou experienciar os recursos da deriva, da decupagem, da história oral e da observação etnográfica, à luz da problemática do bairro na metrópole discutida pela Odette Seabra. O objetivo do trabalho, portanto, é compreender o lugar em que resido a partir desses recursos, buscando situá-lo no processo de urbanização da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Trabalho de campo. Geografia Urbana.

## Sumário

1. Introdução.....	05
2. Apresentação da área de pesquisa.....	10
3. Deriva.....	14
4. Decupagem.....	21
5. História oral.....	27
6. Observação etnográfica.....	32
7. Síntese final.....	39
8. Bibliografia.....	41
9. Anexos.....	43

## 1. Introdução

Este trabalho foi realizado com base na disciplina FLG 0435 - Trabalho de Campo em Geografia I ministrada pela professora Simone Scifoni<sup>1</sup> no primeiro semestre de 2021. A partir do debate sobre a importância do trabalho de campo na Geografia e do posicionamento de quem pesquisa; das propostas de exercícios de campo e sua síntese; e das perspectivas teóricas adotadas, o curso buscou nos (re-)inserir na atividade da pesquisa de campo, especificamente, na Geografia Urbana. Como alternativa à pandemia do coronavírus, o programa previu a realização dos trabalhos de campo nos bairros de residência dos alunos e privilegiou experienciar os recursos da deriva, da decupagem, da história oral e da observação etnográfica, à luz da problemática do bairro na metrópole discutida pela Odette Seabra. O objetivo do trabalho, portanto, é compreender o lugar em que resido a partir desses recursos, buscando situá-lo no processo de urbanização da cidade de São Paulo.

Na minha condição de mãe, estudante, em contexto de pandemia<sup>2</sup> e recém chegada ao meu local de residência, a proposta da disciplina me pareceu bastante favorável para desenvolver o TGI e aproveitar a oportunidade para conhecer as pessoas e o lugar onde moro. Ter me tornado mãe fez com que o TGI tomasse outro estatuto: o de empecilho da minha formação para o motivo da minha autodeterminação, pois me possibilitou uma redescoberta enquanto pessoa para além (e junto) da maternidade, apesar das dificuldades. Nesse sentido, o trabalho de campo teve papel fundamental. Poder fazê-lo no meu próprio bairro permitiu com que eu pudesse estar com minha filha junto, me colocando para fora de casa, ao passo em que fui me apropriando desse novo lugar. As derivas, as observações etnográficas, o depoimento de uma entrevistada e a captura da paisagem em fotografia para fazer a decupagem movimentaram minha capacidade de pesquisa e interação com algumas moradoras e moradores daqui, fazendo a ponte do laço com este lugar.

A importância do trabalho de campo na Geografia parece, a princípio, óbvia e de justificativa dispensável. Se olharmos para os estudos de teoria e método da geografia e as tentativas de definição de seu objeto como “estudo da superfície terrestre”, “estudo da paisagem”, “estudo da individualidade dos lugares”, “estudo da diferenciação de áreas”,

---

<sup>1</sup> Professora doutora do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

<sup>2</sup> A pandemia da COVID-19 no Brasil e as respectivas centenas de milhares de mortes pela doença estão diretamente ligadas aos diversos crimes (de responsabilidade, de infração de medida sanitária preventiva, de pandemia, contra a humanidade, etc) cometidos pelo governo Bolsonaro, cuja constatação no relatório da CPI da Pandemia recomenda o indiciamento dos envolvidos.

“estudo do espaço”, “estudo das relações entre sociedade e natureza”, “estudo da produção do espaço”<sup>3</sup>, vemos em comum a característica da existência de espaços físicos a serem investigados e, para tanto, não é possível fazê-lo estando parada. É preciso passar por eles, caminhar por eles, observá-los, acompanhar sua dinâmica de perto, colher das pessoas que os compõem as informações relevantes. É o que Valéria de Marcos nos diz sobre o

(...) trabalho de campo enquanto um instrumento de pesquisa dos mais importantes para a produção do conhecimento geográfico, momento em que o tema de estudo se desvenda diante dos olhos e obriga a estarmos atentos, de modo a que nada fuja à investigação. É preciso olhar com profundidade e observar, sobretudo aquilo que não havíamos considerado antes de sair para campo (MARCOS, 2006, p.106).

Embora a graduação nos proporcione estes momentos de desvendamento, eles são breves, porque cada trabalho de campo é breve (no máximo quatro dias), e como são várias as demandas de cada disciplina que fazemos em conjunto e ao mesmo tempo (fora as demandas da vida), muitas vezes somos obrigadas a escolher um ou outro trabalho de campo para nos dedicarmos e, ainda assim, por vezes ficamos inseguras de sua eficácia e perdidas diante da dificuldade em estabelecer a conexão com a teoria no momento mesmo em que escrevemos um relatório de campo, por exemplo. Essa dialética sem síntese e a sensação de “não chegamos lá” parece nos assombrar durante toda a graduação, tornando-se situação naturalizada<sup>4</sup>. Yves Lacoste, na França de 1977, propôs a participação de estudantes em pesquisas coletivas de pelo menos dez dias e a posterior apresentação dos resultados aos grupos estudados como um procedimento eficaz de verificação científica. Segundo o geógrafo

este constrangimento [da apresentação] faz com que o aprendizado da pesquisa seja uma pesquisa mesmo – não permaneça em um estado de rascunho, de notas inacabadas, o que levaria cada participante a duvidar da eficácia do método e, sobretudo de suas próprias capacidades. É indispensável que os estudantes tenham prova de que são capazes, mesmo iniciantes, de fazer em um tempo limitado por diversos constrangimentos,

---

<sup>3</sup> Em “Geografia pequena história crítica”, Antonio Carlos Robert de Moraes faz uma breve exposição crítica da historiografia da geografia até 1981 (MORAES, 1981).

<sup>4</sup> Falo isso baseada na minha experiência e na troca com colegas da graduação. Claro que não se aplica a todas as disciplinas e nem seja a percepção de todos os alunos. No TGI “A fortuna do invisível um trabalho de campo para os trabalhos de campo em geografia”, Adriana Toledo (2019) dedica um capítulo aos trabalhos de campo feitos nas disciplinas da graduação de forma a expor seus efeitos positivos na apreensão dos conceitos.

não somente a síntese de documentos existentes, mas que sobretudo sejam capazes, por sua própria pesquisa, de produzir elementos de um saber novo (LACOSTE, 2006, p.88).

Ainda, segundo o autor, o mestrado é uma etapa fundamental para os estudantes

pois é, em princípio, sua primeira pesquisa pessoal. Mas por falta de iniciação prévia, ficam entregues, na maioria das vezes, a si mesmos, perdidos no campo, onde não vêem nada e paralisados pela timidez que experimenta todo pesquisador iniciante. Assim, não é surpreendente que tenham uma forte propensão a compilar documentação existente e as características que querem muito bem lhes informar os serviços oficiais: estes aparecem como verdadeiros benfeitores, e como os únicos interlocutores válidos do pesquisador. Para a maioria dos estudantes, a experiência da pesquisa se limita a isto; a este exercício suplementar de reprodução de conhecimentos já elaborados sem que tenham tomado consciência das possibilidades que teriam de produzir, por si mesmos, elementos de um saber novo (LACOSTE, 2006, p.86).

Na época em que o autor escreveu, talvez não existisse algo como o que é para nós o TGI mas, ainda sim, é pertinente a comparação. Conforme questão trazida pela professora Simone no início da disciplina, a importância do trabalho de campo é reconhecida por todos, estudantes e docentes, porém ele acaba não tendo a devida importância, já que aparece no currículo como disciplina eletiva e não obrigatória, ao contrário de outros conteúdos teóricos, e pelos próprios estudantes, quando nas monografias de conclusão de curso, o esforço e a energia empenhados em entender a teoria acaba sendo sempre maior do que em elaborar, explicar e apresentar os resultados de campo, que é deixado por último e feito às pressas, com menos rigor do que como é com a fundamentação teórica<sup>5</sup>. Nesse sentido, a professora acrescenta a importância da etapa da descrição, como exigência do trabalho de campo, estratégica na pesquisa, mas também pouco explorada. Ela diz que

ninguém faz uma boa análise se antes não identificou os elementos, como é que eles funcionam. Porque a análise é a busca das relações, como as coisas estão conversando. Então eu preciso antes identificar, para depois amarrar, para chegar no terceiro momento da pesquisa, que é a exposição. O

---

<sup>5</sup> Cabe aqui acrescentar que tão importante quanto o trabalho de campo e o tratamento dado a ele, é a criação das condições para se realizá-lo. Em 2017, a reitoria da USP indeferiu o pedido de recursos para a realização dos trabalhos de campo da geografia e outros cursos. Na mobilização de estudantes e professores para reaver o pedido, escreveram uma carta aberta, mostrando a importância do trabalho de campo e de sua gratuidade (ver anexo I).

momento da exposição é o momento de reconstrução de todo o movimento do real. Então eu vi, eu entendi as relações, eu vou escrever reconstituindo esse movimento do real, que é a escrita. E aí qual é o problema da descrição? É que há um entendimento equivocado de que a descrição é uma coisa menor, sem importância(...) e aí como que eu vou analisar aquilo que eu nem destrinchei? E então tem esse perigo de entender que a descrição é menos, assim como o campo é menos, a descrição é menos. E por que a gente tende a pensar que a descrição é menos? Porque a Geografia Positivista, que fazia muita descrição, dizia que a descrição era neutra (...) se colocava como a ciência objetiva, “eu estou descrevendo o real, é neutro”. Então a gente tende a acreditar que realmente a descrição é neutra (...), mas vamos ler com calma o subliminar da descrição para ver se tem neutralidade (...). A forma como eu incluo e excluo coisas na descrição tem a ver com a teoria, o que eu quero enfatizar ou não, o que eu omito, o que eu exalto, os termos que eu vou usando nessa descrição, tudo isso reflete uma orientação teórica, um ponto de vista (...). Ela [a descrição] é estratégica na pesquisa porque a análise depende dela e ela também é um ponto de vista sobre o mundo, ainda que descrição, é um ponto de vista, informado a partir de uma teoria.(...) A descrição vai expondo e ordenando esse vivido, então ela tem um papel essencial, ela não é isenta e neutra (SCIFONI, transcrição de trecho de aula, 2021).

Com o processo de elaboração do meu TGI não foi diferente: minha grande preocupação inicial era conseguir trançar os textos teóricos na amarração da escrita antes de qualquer coisa, inclusive antes do campo, tanto é que comecei a disciplina pela aula 04 pensando justamente que as aulas anteriores abordariam “apenas” o debate sobre o trabalho de campo<sup>6</sup>. Fazer este trabalho, portanto, significou olhar para o campo e sua descrição com mais cuidado.

Ao trazer a prática do trabalho de campo para o centro do palco, de forma alguma se está prescindindo da teoria, até porque, como foi dito, toda pessoa que vai à campo, vai imbuída de intenção e teoria. Assim como não existe neutralidade científica e descritiva, não existe neutralidade no campo, se vamos à campo, vamos com alguma ideia e com algum olhar orientado ou intimamente guardado por nós, ainda que não nos esteja totalmente sedimentado. Nesse sentido, uma vasta literatura tem dado conta deste tema<sup>7</sup>, colocando em questão o posicionamento de quem pesquisa e o como fazer pesquisa. Yves Lacoste problematizou a responsabilidade da pessoa pesquisadora enfatizando que

---

<sup>6</sup> Ver programa da disciplina no anexo II.

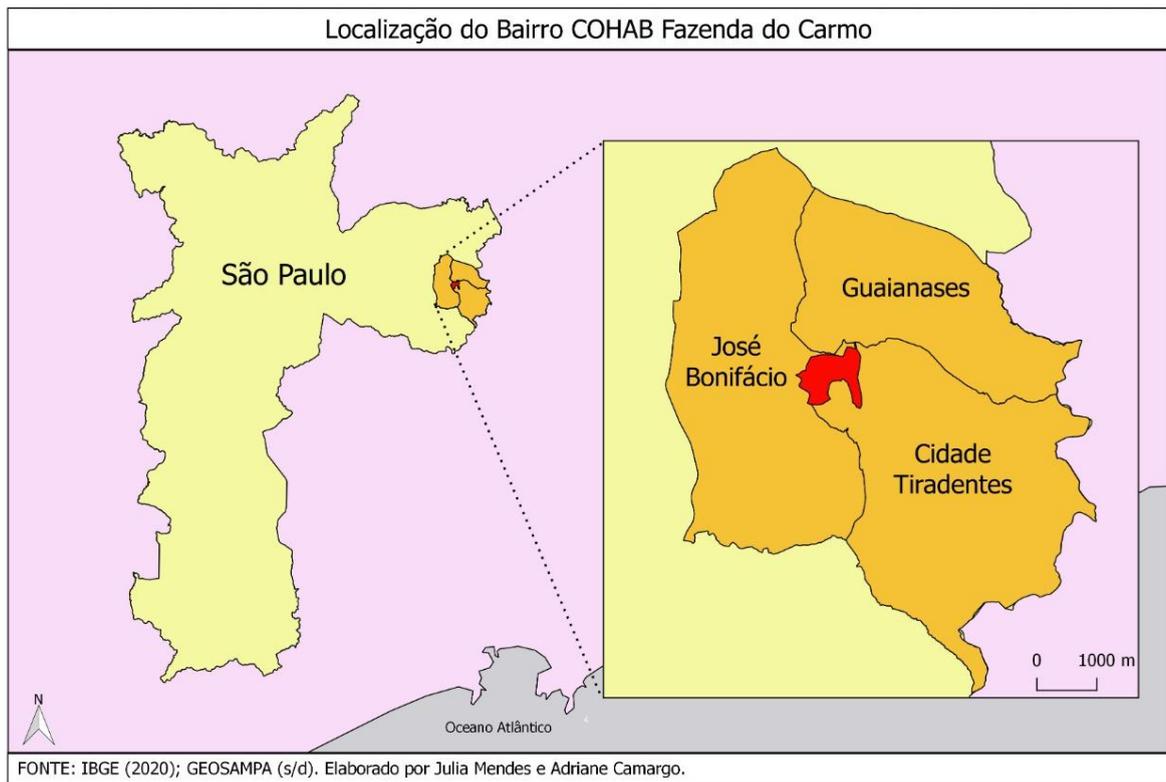
<sup>7</sup> O Boletim Paulista de Geografia n°. 83 de 2006 é dedicado à pesquisa de campo.

é preciso não parar a pesquisa, atitude negativa e perfeitamente irrealista, mas esforçar-se em comunicar os resultados aos homens e às mulheres que foram objetos delas, pois estes resultados conferem poder a quem os detém (LACOSTE, 2006, p.78).

Esse tipo de recomendação geralmente é voltado para quem dá continuidade à pesquisa acadêmica, no seu aprofundamento ao nível da pós-graduação, pois se pronuncia e dá exemplo à pesquisa de longa data. Pensando a nível de TGI, o empreendimento do trabalho de campo e da pesquisa requerem tais problematizações? Como pensar o comprometimento de um trabalho a curto prazo?

## 2. Apresentação da área de pesquisa

Adentrando a área de pesquisa, o Conjunto Habitacional Fazenda do Carmo, comumente tratado como Fazenda do Carmo, está formalmente dividido entre os distritos de Cidade Tiradentes e José Bonifácio e, ainda, faz divisa com o distrito de Guaianases, na zona leste de São Paulo.



Mapa 1. Localização da área de pesquisa.

Digo “formalmente” porque, do ponto de vista de quem mora<sup>8</sup>, ele ultrapassa seus limites definidos pelo google maps, que foi a fonte em que encontrei sua delimitação, uma vez que a unidade espacial “bairro” não se encontra estabelecida institucionalmente pela prefeitura. Assim, não há uma delimitação oficial dos bairros da cidade de São Paulo. Fazenda do Carmo faz referência à fazenda que existia antes dos loteamentos, como me contou a Jô, minha entrevistada, e conforme veremos mais adiante. E, ainda, segundo Cláudio, morador que conheci durante um dos exercícios de observação etnográfica, a região foi colonizada por japoneses, para a produção de pêssego. Pelo google maps é possível mesmo verificar alguns nomes de ruas como Chubei Takagashi, Prof. Hasegawa, Hisaji

<sup>8</sup> "Um bairro urbano não é determinado apenas pelos fatores geográficos e econômicos, mas pela representação que seus moradores e os de outros bairros têm dele" (LAUWE, 1952 apud LEFEBVRE, 2001, p. 87).

Morita etc. Nesse sentido, uma interpretação mais geral da Zona Leste nos mostra que aqui foi um reservatório de terras de antigo uso rural que foram sendo loteadas e vendidas para trabalhadores mais pobres construírem suas casas e, posteriormente, onde o poder público (COHAB e CDHU) implantou os conjuntos habitacionais. Conforme depoimento da Jô, nos anos 1990 uma série de conjuntos habitacionais da CDHU foram construídos em forma de mutirão. Consultando o histórico demográfico do município de São Paulo, separei os números do município e dos três distritos em correlação com a população e a taxa de crescimento:

Unidades Territoriais	População						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
MSP	2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252	11.253.503
Cidade Tiradentes	599	1.418	4.296	8.603	96.281	190.657	211.501
Guaianases	3.510	8.311	25.177	50.417	81.373	98.546	103.996
José Bonifácio	1.188	2.706	11.313	24.049	103.712	107.082	124.122

Tabela 1. População dos distritos. Fonte: Histórico demográfico.

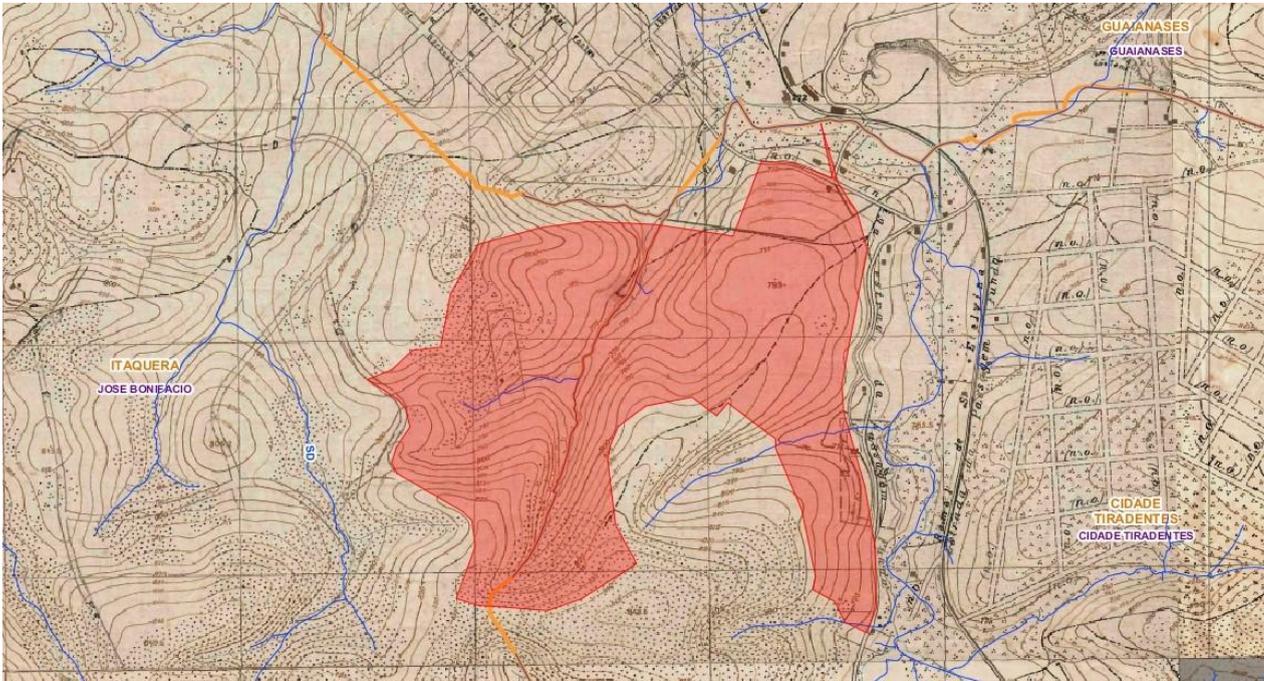
Unidades Territoriais	Taxas de Crescimento					
	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
MSP	5,48	4,91	3,67	1,16	0,88	0,76
Cidade Tiradentes	9,00	11,72	7,19	24,55	7,89	1,04
Guaianases	9,00	11,72	7,19	4,45	2,15	0,54
José Bonifácio	8,58	15,38	7,83	14,21	0,36	1,49

Tabela 2. Taxa de crescimento populacional dos distritos. Fonte: Histórico demográfico.

Analisando os distritos entre si, vemos que entre as décadas de 1950 e 1980, C. Tiradentes e Guaianases tiveram os mesmos índices de crescimento, diferenciando-se na década seguinte, em que há um boom de crescimento, uma taxa enorme (24%) entre 1980 e 1991 na C. Tiradentes, momento da implantação dos conjuntos habitacionais, mesmo período em que J. Bonifácio também cresce bastante (14%), produto da implantação dos conjuntos. Comparando os números dos três distritos com o da cidade de São Paulo, vemos que os distritos da Zona Leste têm crescimento de população muito superior ao do município. Desde 1950 crescem mais que o restante do município, indicando periferização. Em 1990, quando o Conjunto Fazenda do Carmo foi instalado, o crescimento já era menor (2,15), mesmo assim

superior ao do município (0,88). Pode-se concluir que esse conjunto foi posterior à implantação maciça dos conjuntos no extremos da Zona Leste.

Pelo Geosampa, a partir da delimitação do bairro fornecida pelo google maps, tracei o contorno do bairro para identificar a área em tempos distintos, como mostro a seguir:



Mapa 2. Carta de 1930. Fonte: Geosampa.



Mapa 3. Ortofoto de 2017. Fonte: Geosampa.

A primeira imagem é uma carta de 1930, em que não há sinal de urbanização na área em vermelho destacada, apenas a Estrada do Iguatemi. Acima é possível ver o quadriculado do bairro Vila Cosmopolita e à direita o da C. Tiradentes. Ou seja, a área de pesquisa estava no limite da urbanização nesses trechos da Zona Leste. A urbanização nessa região acompanhava a Estrada do Iguatemi, estando mais a norte e leste. Na ortofoto de 2017 podemos ver que há urbanização na área de pesquisa, porém o entorno ainda apresenta grandes áreas verdes de vegetação e cultivo. Ou seja, o que se vê é que o bairro ainda apresenta-se em situação de limite da urbanização.

Situada a área de pesquisa, vamos partir para os capítulos subsequentes, cuja exposição foi pensada de forma a explorar cada recurso de campo, sua metodologia, seu uso, comentários e análise, recursos estes emprestados de outras áreas do conhecimento, adaptados às necessidades da análise geográfica. Sendo assim, o próximo capítulo trata da técnica da deriva, que é o primeiro momento de contato físico com a área de pesquisa depois da pesquisa prévia pelos sites informativos, cujo objetivo é ver de perto aquilo que vimos na ortofoto e nos deixar guiar por aquilo que nos chama a atenção durante a caminhada. O capítulo quatro trata do recurso da decupagem da paisagem, capturada durante a deriva. O quinto capítulo se atém ao recurso da história oral, momento em que ouvimos “a voz do bairro”. O capítulo seis dedica-se ao recurso da observação etnográfica, que é um momento de aprofundamento da deriva. O último capítulo trata da análise e síntese final, em que serão comparados os sentidos de bairro e conjunto habitacional na apreensão do significado da área de pesquisa.

### 3. Deriva

A deriva é uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas (DEBORD, 2003, p.87), um exercício de apropriação do meio urbano que pretendeu subverter a ordem instaurada na cidade. O momento histórico espacial do seu surgimento é a Paris das décadas de 1950 e 1960, no contexto da reconstrução europeia do pós-guerra. A indústria fordista em crescimento na Europa e a necessidade de moradia barata construída rapidamente para uma massa de trabalhadores, propulsionaram a produção em massa de conjuntos habitacionais nas periferias, sob os princípios de um urbanismo racionalista moderno, que foi segmentando o espaço da cidade, distribuindo funções: a dos parques industriais como lugar do trabalho; a dos parques como lugar do lazer; a dos conjuntos habitacionais (afastados desses dois últimos), como lugar da moradia. Conjuntos esses marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito do habitat levado a sua forma pura pela burocracia estatal (LEFEBVRE, 2001, p.19), a noção de habitat como abrigo, habitação uniforme, padronizada.

É nesse momento que um grupo de artistas e intelectuais autodenominados situacionistas que se baseavam nas ideias de deriva, psicogeografia e construção de situações surgem colocando a crítica a essa lógica racionalista, a essa realidade, ao capitalismo, ao uso do tempo do espaço e do corpo na cidade, propondo um modo de conhecer e agir sobre a cidade, rompendo a passividade. Deslocando a técnica para a periferia de São Paulo de 2021 em contexto de pandemia, o que interessa aqui é o caminhar pela rua, “entregar-se às solicitações do terreno” e deixar-se levar por aquilo que nos chama a atenção no momento da deriva, de forma a explorar a área de pesquisa.

As recomendações solicitadas para a realização do exercício pedem uma preparação através do uso de ferramentas digitais, como o google maps e o geosampa, buscando nas imagens unidades de ambiência e momentos de ruptura, para dessa forma pensar o “por onde andar”. Usei os dois sites indicados para preparar a minha saída, observando na ortofoto de 2017 algumas variações na morfologia das construções, as áreas verdes, o tamanho dos lotes. Os exercícios de deriva foram feitos em dois dias, com um espaçamento de mais ou menos três semanas entre eles.

O primeiro limitou-se às ruas mais próximas da minha casa, cujo ponto de partida é a ambiência que denominei como **lar doce lar**. Ela compreende as dependências do condomínio onde moro, o Condomínio Fazenda do Carmo Guaianazes A-17 e o primeiro lugar que conheci por aqui. Durante os primeiros meses, quase não saía desse perímetro, suprindo as demandas da casa e da maternidade enquanto meu companheiro trabalhava. É um

lugar tranquilo onde costumo passear com minha filha de manhã e à tarde e onde é comum encontrar crianças brincando, pessoas idosas cuidando de suas hortas, jovens voltando da escola, o porteiro e o zelador sempre solícitos aos moradores, as funcionárias da limpeza em sua função diária, os jardineiros aparando a grama, a síndica resolvendo as questões do condomínio.



Imagem 1. Área comum do condomínio.

De frente para o meu condomínio há uma área verde que, ao passo em que vamos subindo a rua, vemos que ela é ocupada por um depósito de materiais de reciclagem e por um boteco. Virando à direita, entramos na rua Marim, ambiência que denominei como **rua metamórfica**, por conta da metamorfose que ela tem ao possuir uma “vida dupla”: ao mesmo tempo em que é o ponto final e estacionamento dos ônibus da linha 4024-10 COHAB Fazenda do Carmo, é também um ponto de encontro da juventude, onde é possível encontrar pequenos grupos reunidos em volta de um toldo com televisão e churrasco, onde toca música sertaneja, funk, samba e rap. É uma rua cujos muros dos condomínios são bem aproveitados pelos grafitis, um verdadeiro mural de rua. Aí há uma vendinha, alguns butecos, uma escola, e ao final da rua, esquina com a Chuvas de Verão, há o Centro de Acolhida Dom Fernando, para pessoas em situação de rua e que, anteriormente, foi o local em que o pessoal do mutirão dos prédios tomava banho e café da manhã.

Chegando ao final da rua Marim, já fora do contorno formal do bairro, há uma viela que dá passagem para o distrito de Guaianases, pelo bairro Vila Cosmopolita, um bairro mais antigo, presente nas cartas de 1930, com ruas mais quadriculadas. Nela é possível encontrar pequenos comércios: hortifruti, cabeleireira, bar, que desemboca na rua Rola Cabocla. Dela

se desmembra uma outra viela, mais longa, onde é possível encontrar casas sendo erguidas, que dá para a rua Chuvas de Verão. Chamei essa ambiência de **vielas da transição**.

Voltando pela Chuvas de Verão, fiz o contorno da ambiência que denominei **quarteirão apropriado**. O quarteirão é composto por uma área verde que margeia o rio, uma estação da ENEL, uma área de lazer com equipamentos de exercícios físicos, uma praçinha com mesas e bancos de concreto, um balanço e uma quadra. O nome da ambiência é por causa da diversificada apropriação feita pelos moradores, apesar de abandonado pela prefeitura: é reapropriado para fazer caminhada e correr em volta da delimitação física do quarteirão; para fazer luaus (na parede da quadra está grafitado “Praça do luau dos loucos”); para as crianças brincarem; e onde é possível ver uma horta. Na ocasião havia duas crianças que se mostraram curiosas com a minha presença e me fizeram várias perguntas, conversei com elas e também perguntei sobre elas. Seus pais estavam mais à frente, sentados na grama. Na quadra haviam garotos jogando bola.



Imagem 2. Placa “Sabesp ajuda nós” Imagem 3. Quarteirão apropriado com torre da ENEL.

Terminando o contorno do quarteirão, uma rua deserta desemboca de volta ao lado do meu condomínio. Essa **rua descartável** é a denominação da ambiência da rua Guaraparé, onde é descartado muito lixo, principalmente de restos de construções. Definitivamente, ela não é uma rua comum, de passagem de pessoas e carros rotineiramente, pois é uma rua de muros e terreno baldio, dando um aspecto meio sinistro. Ao menos ela serve de mural para pichações. Nela há o muro da parte de trás da E.E. Esther de Figueiredo Ferraz, uma das primeiras escolas construídas no bairro.

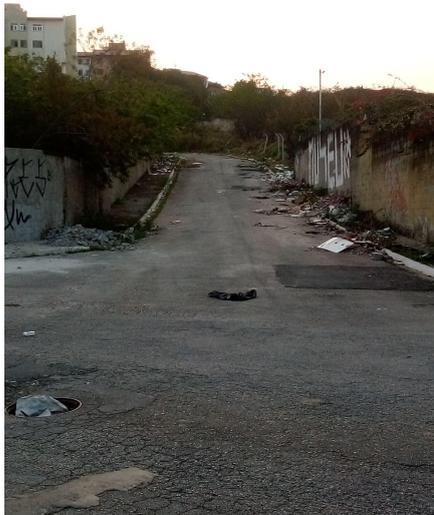


Imagem 2. Rua Guaraparé.

Seguindo a rua Chuvas de Verão até o fim, passamos pelo córrego homônimo, que separa Guaianases e C. Tiradentes e chegamos à ambiência que denominei como **à espera da saúde**, que é onde se encontra a UBS Fazenda do Carmo, cuja qualidade é fazer os usuários esperarem: por uma consulta, por uma atenção, por uma ligação, por um agendamento. É uma unidade bastante cheia, em geral a maioria dos usuários são mulheres, idosos e crianças. Assim que entramos há um grande banner incentivando a vacinação contra a COVID-19 e um local adaptado para realizá-la, na área externa do postinho, que está em reforma e talvez por isso da desorganização e demora.



Imagem 3. Placa da reforma na UBS.

Em frente à UBS há a ambiência que denominei **terreno baldio das pipas**, que compreende um terreno sem utilidade formal, apenas com um contêiner e um banheiro químico. Na ocasião estava sendo utilizado por oito garotos para soltar pipa, devido à sua extensão e altitude mais elevada em relação ao entorno.

No segundo dia de deriva fiz o contorno do bairro à pé e de bicicleta na parte onde não costumo ir. Partindo da minha casa, saí pelo outro lado, descendo a rua Paulo Gracindo, sentido UBS. Passando pela E.E. Esther de Figueiredo Ferraz e pela EMEI Najla Curi Izar, virei à direita na Jofre Soares, onde avistei a **fábrica de cultura C. Tiradentes**, ambiência da diversidade cultural ilhada. Ela tem mesmo o aspecto de uma fábrica e oferece os cursos de capoeira, xadrez, dança contemporânea, balé, dança de salão, violão, entre outros. É o único lugar do bairro em que as medidas de proteção à covid são adotadas e incentivadas com rigor. O uso de máscara é obrigatório, na entrada há alguém que fica lá só para medir a temperatura dos visitantes, os caminhos de entrada e saída são separados, há um suporte para limpar os pés no álcool e um suporte para passar álcool nas mãos, na recepção há um visor que separa funcionários e usuários, na biblioteca o acervo está fechado para circulação pública, para usar os computadores é preciso usar luvas descartáveis e os computadores do meio das fileiras não estão sendo utilizados, para evitar aglomeração.

Da fábrica, subindo pela rua Henriqueta Noguez Brieba, cheguei na ambiência **monte de Guaianases**, que já é conhecido por esse nome mesmo e inclusive está etiquetado no google maps. É um dos pontos mais altos do bairro, frequentado por grupos religiosos predominantemente evangélicos. Ele pertence à Área de Proteção Ambiental (APA) Iguatemi. Quando cheguei, tinha começado a chover, por sorte havia um trailer de uma mulher que vendia itens de beber e comer. Ela ouvia uma música gospel. Havia dois homens conversando, um com vestimentas de pastor. Depois foram descendo da trilha que dá para o morro outras pessoas com bíblias na mão. A senhora disse que a chuva havia espantado todo mundo. Esperei a chuva baixar para subir lá. Subindo lá, não havia quase ninguém, andei pelas clareiras e conversei com uma mulher e dois homens que encontrei por lá. Como havia acabado de chover, o cheiro de terra molhada inundou minhas narinas, me levando para a meditação que a calmaria da mata costuma nos levar.



Imagem 4. Vista do Monte de Guaianases.



Imagem 5. Clareira no Monte de Guaianases.

De lá segui pela rua Gitirana onde, ao seu final, dei de cara com bandeiras da Frente de Luta por Moradia. À esquerda havia ruas recém abertas e seguindo pela Takagashi, uma outra ocupação de barracos, mas sem bandeira. Fiz a volta do caminho pela fábrica de cultura para fazer o contorno da porção leste do bairro, pela Coração Sertanejo. Ao seu final, no encontro com a Estrada do Iguatemi, pude ver as construções inacabadas dos prédios da CDHU, com algumas pessoas dentro, na ocasião, e que vim a saber mais tarde que também estava ocupado. Chamei esses três últimos lugares de **ocupa-expansões**, por serem as ambiências da abertura da “fronteira da moradia”.



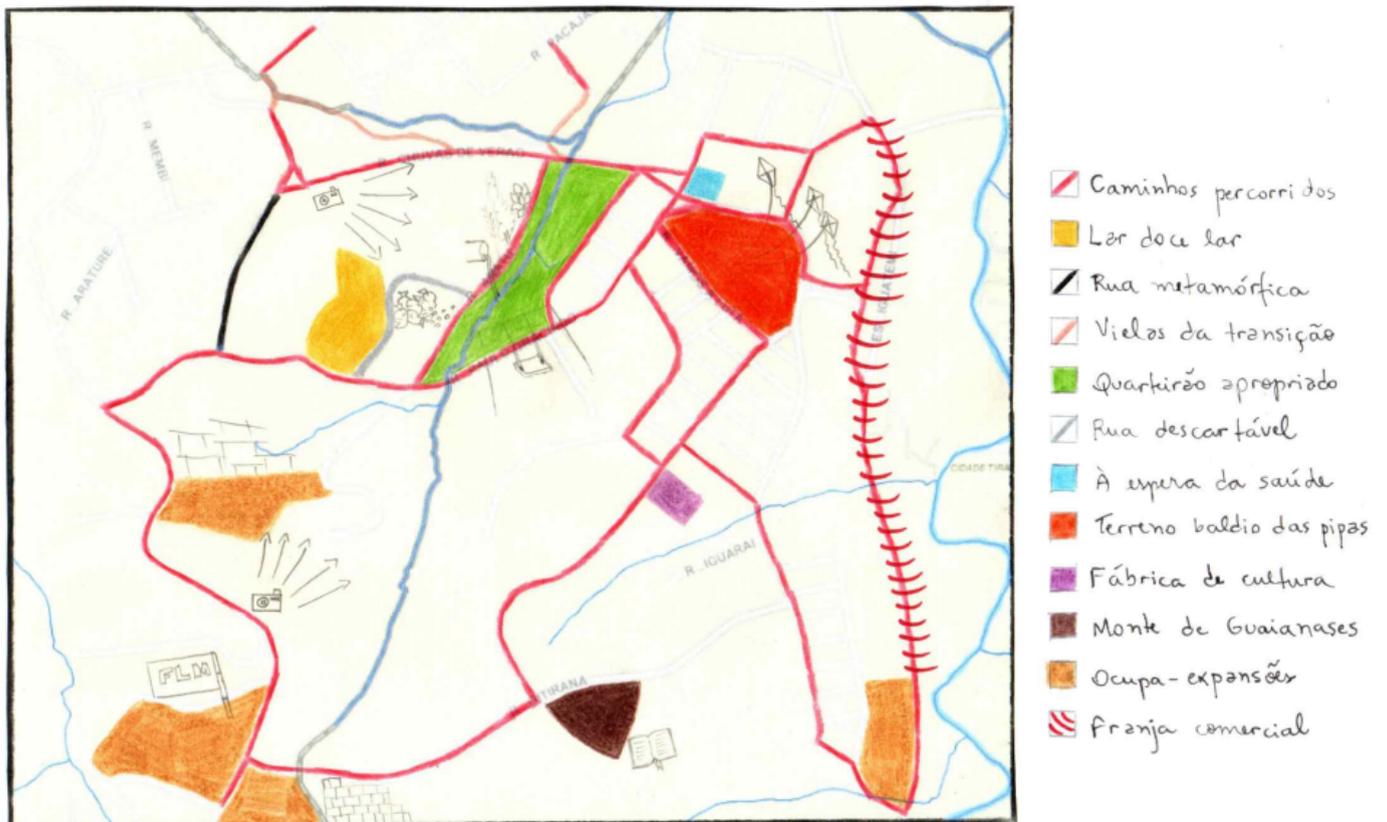
Imagem 6. Ocupação da FLM.



Imagem 7. Casas recém construídas.

Voltando pela Estrada do Iguatemi, ambiência que chamei de **franja comercial**, por ser a principal via do bairro e por concentrar a maior área de comércio do bairro: atacados, açougues, lojas de material para construção, farmácias, postos de gasolina etc. É bastante movimentada e barulhenta, com semáforos que esmagam o tempo do pedestre, privilegiando o tempo dos carros. O limite do bairro na Iguatemi termina onde começa a pedreira Lageado.

Feita a deriva, o passo seguinte foi cartografar as ambiências, que são os lugares definidos pelo uso que se faz deles, por quem os frequenta, por como se relacionam com o lugar, pela dinâmica do lugar, por como os usos se transformam no tempo, ao longo do dia. O mapa-síntese da deriva não precisa seguir o rigor científico das cartas e mapas de precisão sistemática, ele é um mapa afetivo, feito digitalmente ou à mão e representa aquilo que nos mostrou relevante durante o percurso. No caso, eu optei por imprimir o mapa político-administrativo do Geosampa e desenhar por cima.



Mapa 4. Mapa-síntese da deriva.

#### 4. Decupagem

A decupagem é uma técnica artística utilizada na composição de processos criativos, como no artesanato e no cinema. A paisagem, nas palavras de Milton Santos, é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2006, p.66). A decupagem da paisagem consiste em identificar e descrever essas formas e objetos, separando-os em planos. É um exercício detalhado de usar a imagem para além da ilustração, de modo a aproveitar o material, levantamento feito no campo, para compreender o espaço que estamos pesquisando. Por conter formas e objetos, a paisagem é concretude e oferece um ponto de partida na análise do espaço. Sendo a paisagem memória do espaço construído, a decupagem ajuda a encontrar o tempo na paisagem, suas diferentes temporalidades, que é fundamental para compreender os processos de um momento.

O espaço vai sendo produzido, novas formas vão sendo construídas, mas há formas que persistem, que remetem a estruturas do passado e que permanecem na paisagem. Essas formas Milton Santos denominou como rugosidades. Segundo o autor

as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 1978, p.173).

Mas a forma em si não basta, pois o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos (SANTOS, 2006, p.68). É preciso buscar nas formas da paisagem, elementos que ajudem a compreender as práticas e os sentidos por trás delas, buscar na paisagem as ações, as intencionalidades das ações, as técnicas, os modos de fazer de cada momento. O geógrafo assim coloca a questão:

pode-se pensar numa dialética entre a sociedade e o conjunto de formas espaciais, entre a sociedade e a paisagem? Ou a dialética se daria exclusivamente entre sociedade e espaço? É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem, é incapaz de um movimento

próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética. Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo (SANTOS, 2006, p.70-71).

O exercício aqui, portanto, é escolher uma fotografia que represente o bairro e, pela decupagem, identificar e descrever os elementos presentes na imagem para então analisá-los a partir de leituras sobre a produção desse espaço fragmentado na paisagem. Eu escolhi a foto que tirei na Chubei Takagashi, por sintetizar bem a predominância das formas que o bairro contém.



Imagem 8. Paisagem vista do terreno na Chubei Takagashi.

O que se vê? O relevo, a vegetação, casas, prédios, torres, um carro, uma rua. O que a disposição dessas formas nos diz? Elas revelam a dinâmica espacial presente? Qual a inter-relação entre os objetos identificados? Quais as temporalidades existentes nessa

paisagem? Como se deu a produção desse espaço? Separei os conjuntos de formas e sistematizei as informações em um quadro, como mostro a seguir:



Imagem 9. Decupagem da paisagem.

Plano / Forma	Descrição
Vegetação I	Vegetação rasteira.
Moradias precárias <sup>9</sup>	Pequenos barracos de madeira com telhas eternit, espaçados por terreno aberto. Início de favelização.
Automóvel	Carro popular.
Prédios populares	Prédios populares padronizados com poucos pavimentos (CDHU).
Vegetação II	Vegetação remanescente da Mata Atlântica. A mata no alto à direita guarda uma nascente que vai desaguar no córrego Chuvas de Verão.
Rua	Rua Boré, asfaltada, que cruza com a rua Paulo Gracindo e continua como rua Aratu, ao redor da ambiência do quarteirão apropriado.

<sup>9</sup> O termo “moradias precárias” foi utilizado por eu não ter pensado em outro melhor no momento em que estava fazendo a legenda, mas talvez “habitações precarizadas” seja mais adequado.

Prédio escolar	E.E. Esther de Figueiredo Ferraz, recentemente reformada e construída antes do asfaltamento da rua Paulo Gracindo, onde se localiza.
Casas	“Mar de casas” em Guaianases. Grande parte sem reboco e de mais de um pavimento.
Subestação de energia	Estação Transformadora de Distribuição (ETD) Tiradentes, da ENEL.
Prédios	Prédios maiores, com mais pavimentos e com arquitetura diferente dos prédios populares.
Torres de energia	Torres de energia em Guaianases.
Caixa d’água	Caixa d’água Guaianases, da SABESP.
Relevo	Relevo com declive, fazendo a drenagem das águas para o córrego Chuvas de Verão.

Quadro 1. Descrição dos planos da decupagem.

Podemos afirmar que o **relevo** é a forma mais antiga porque oriunda de processos geológicos passados mais a atuação de processos naturais que promoveram sua esculturação, anteriores ao surgimento da humanidade, porém, ele também é resultado antrópico, objeto de manejo, determinante na distribuição das formas, na produção e valoração do espaço. O mesmo devemos considerar em relação à **vegetação remanescente** (verde-escuro) da Mata Atlântica e à **vegetação rasteira** (verde-claro), cuja conformação também está ligada a processos naturais e sociais. É o que Milton Santos quer dizer com a ideia do híbrido, do espaço como resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (SANTOS, 2006, p.56), isto é, o espaço é um híbrido porque reflete a realidade que é mista, contraditória, que tem elementos naturais e sociais, que são inseparáveis.

O **mar de casas** (rosa) ao fundo refere-se à Guaianases, e é formado predominantemente por casas semelhantes, sem reboco, tijolo baiano, caixa d’água, ruas estreitas, lotes pequenos e 100% ocupados, com verticalização do lote. Essa morfologia está relacionada a uma técnica, a técnica da autoconstrução, num sistema de autoajuda e mutirão, e que está relacionada ao processo de produção da periferia. Segundo Nabil Bonduki, a origem dos loteamentos periféricos em São Paulo está ligada à transformação de glebas rurais

em loteamentos urbanos, como alternativa de investimento, e que contou com a omissão do poder público na disseminação dos loteamentos clandestinos, sem o necessário investimento em infraestrutura. Inicialmente, a oferta de lotes foi maior que a demanda, isto é, entre 1914 e 1930, ocorreu uma expansão da área urbanizada sem o correspondente incremento demográfico, isso porque não havia transporte, arruamento, infra-estrutura, acesso e legalidade. Foi com o início do sistema de ônibus que se viabilizou a ocupação periférica (posteriormente, inclusive, seria comum a associação de empresas de ônibus e empresas de loteamento) no modelo da casa autoconstruída em loteamento informal, como alternativa ao cortiço (BONDUKI, 2011, p.285).

Os **prédios populares** (amarelo), o **prédio escolar** (vermelho) e a **rua** (cinza) foram construídos a partir do final dos anos 1990, momento em que está surgindo o bairro COHAB Fazenda do Carmo. Os conjuntos habitacionais foram a solução habitacional barata, alternativa aos cortiços e favelas, que buscou integrar ao país por meios não políticos a massa crescente de trabalhadores (DAMIANI, 1994, p.100). A intensificação das migrações internas em São Paulo durante o regime militar sugeriu a necessidade de uma estrutura de planejamento, e a Zona Leste entrou como vetor de crescimento e desenvolvimento urbano<sup>10</sup>, o que a colocou como a grande depositária dos conjuntos habitacionais (SILVA, 2008, p.32). Assim Amélia Damiani contrapõe as formas urbanas da casa autoconstruída e do conjunto habitacional:

a casa própria, feita artesanalmente, pela própria família, em lotes a maioria irregulares, essa periferia que saía do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, alvo do poder centralizado. Em princípio, uma vida segura, com água, esgoto, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta. Produzir a cidade das necessidades elementares, dentro da cidade, o que se convencionou como projeto integrado. (DAMIANI, 1994, p.102).

É interessante notar as estratégias do poder público: se num primeiro momento, o da casa autoconstruída, ele se oculta, num segundo momento, o do conjunto habitacional, ele aparece com força. Nas palavras de Amélia Damiani, a política habitacional aparece como um dos sustentáculos da ditadura militar, e essa forma urbana particularmente suscetível à identidade estatal (DAMIANI, 1994, p.100).

---

<sup>10</sup> A urbanização é "um processo de grande mobilização do capital e do trabalho, no sentido da formação social" (SEABRA, 2003, p. 14), nesse sentido, as migrações são a mobilidade do trabalho.

As **moradias precárias / habitações precarizadas** se fazem como alternativa às famílias de baixa renda que não conseguem pagar aluguel, comprar um terreno ou financiar uma casa. Conforme me disse Cláudio durante a observação etnográfica, os ocupantes o fazem por morar mais de uma família dentro dos apartamentos da CDHU, de modo que o espaço fica pequeno para todos, outros porque com a crise e a inflação não conseguem continuar mantendo aluguel e despesas. Segundo Nabil Bonduki, as favelas em São Paulo surgiram nos anos 1940<sup>11</sup> (BONDUKI, 2011, p.313) e permaneceram em pequenas quantidades até os anos 1970 (BONDUKI, 2011, p.287), momento de grande mobilização de massa de trabalhadores para a capital.

A partir das formas da paisagem e da literatura sobre elas, foi possível identificar as diferentes temporalidades contidas neste fragmento de espaço, a produção e reprodução do espaço urbano, em relação com o movimento do capital e sua espacialização, traduzida no confinamento dos trabalhadores na periferia.

---

<sup>11</sup> No livro “Quarto de despejo”, diário escrito por Carolina Maria de Jesus entre os anos de 1955 e 1960, ela conta seu dia-a-dia e expõe sua visão de mundo como moradora da Favela do Canindé, na Zona Sul de São Paulo. Há uma passagem em que ela diz o seguinte: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2001, p. 28).

## 5. História oral

A história oral é um método de pesquisa acadêmico dos historiadores. Feita basicamente a partir do registro oral por meio de entrevistas, ela pode ser de dois tipos: de vida, ou seja, um relato biográfico da pessoa; ou temática, em que se escolhe um assunto e se procura pessoas para falar sobre ele. Não há base de amostragem na história oral, ela é considerada qualitativamente. Para outras áreas da ciência, como no caso da Geografia, ela é um recurso em que se busca outras histórias, que foram silenciadas. Pensando São Paulo, a história da cidade também apaga a história de determinados grupos no espaço. É nesse contexto que está a importância da história oral, que não pretende dar voz aos chamados subalternos, mas criar espaços de escuta de outras perspectivas para valorizar a voz desses sujeitos e fazer outras leituras possíveis.

Sobre a ética na história oral, algumas recomendações nos são feitas, como por exemplo, a de que o entrevistado deve desde o início ter clareza sobre a pesquisa que estamos fazendo, para que ela vai servir, com qual objetivo está sendo feita, como ela vai ser feita e usada. Outra é de se será exposto ou não o nome do entrevistado de acordo com sua permissão, e avaliar as consequências da divulgação da entrevista para a existência dele. Dar a devolutiva da entrevista para o entrevistado em forma de áudio ou transcrição também é recomendado.

Assim como a paisagem, o depoimento de um entrevistado é um vestígio do tempo e do espaço e não pode substituir a teoria. Segundo Ecléa Bosi

depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política. Muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenações interpretativas (BOSI, 2003, p.49).

Dissertando sobre a pesquisa em memória social, a autora coloca como o tempo vivido pela sociedade varia de acordo com a época, as classes e os indivíduos, e como a sociedade industrial marca esse vivido. Ela nos diz que

a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada

classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa (...) É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram substituídos pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, “racionalizando” as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil (BOSI, 2003, p.53).

Segundo a autora, o conjunto de lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e, nesse sentido, as formações ideológicas reagrupam e interpretam as lembranças individuais, que se corporificam levando em conta a localização de classes e a profissão do sujeito (BOSI, 2003, p.54). Ela faz a observação de que é notável a vinculação das lembranças ao trabalho. Em relação à distância temporal que nos separa do fato lembrado, a autora nos diz que devemos considerar que o sujeito realiza uma ordenação pessoal que obedece a uma lógica afetiva cujos motivos ignoramos e que, assim, recontar é sempre um ato de criação (BOSI, 2003, p.62).

Minha entrevistada foi a já citada Jô, moradora no mesmo condomínio que o meu. A entrevista foi do tipo temática. Pedi para que ela me contasse um pouco sobre o bairro e sobre sua vinda para cá. Assim ela nos conta sua história:

*“Antes aqui era uma fazenda, Fazenda do Carmo, aí a CDHU comprou o terreno e construiu 884 moradias para pessoas de baixa renda. A obra demorou um ano e seis meses. As pessoas tinham que trabalhar. Quem podia pagar o dia de trabalho, pagava, quem não podia, vinha trabalhar sábado, domingo e feriados. Aqui é uma paz, tem bastante árvores. É bom morar aqui, eu gosto de morar aqui. Quando eu mudei para aqui, não tinha asfalto, ônibus não passava aqui na nossa porta. Demorou um tempinho, e com o tempo foi melhorando. A obra começou em 1999, em fevereiro de 2001 foi entregue, mas não estava totalmente pronto. Foi inaugurado o conjunto que chama A-20, o nosso que é o A-17 nunca teve inauguração, mas como a gente precisava da moradia, a gente veio. A maioria das pessoas veio morar não tinha asfalto, não tinha água. Eu mesma quando vim era assim, eu ia tomar banho lá em cima onde a gente tomava café da manhã no tempo da obra e descia essa lama todinha aqui, esse ladeirão, colocava sacola de plástico nos pés pra ir trabalhar, chegava lá embaixo tirava, levava um sapato limpo na bolsa, chegava lá embaixo na Luis Mateus e ia trabalhar. Aí com o tempo foi evoluindo. As pessoas que vieram morar aqui já moravam aqui, apesar de serem de outros estados. Eu mesma sou de Alagoas, aí eu morava em São Miguel Paulista. Na época da obra todo mundo se conhecia porque se encontrava na*

*hora do café ou do almoço, mas depois que cada um veio morar no seu apartamento, mudou, é só um oi. Antes tinha mais convivência. Quando trabalhava na obra era bom, nós brincava, conversava. Hoje é cada um na sua, mas é tudo na paz. Bastante gente da época que construiu foi embora. Eu não vendo meu apê nem por um milhão de reais, mas bastante gente vendeu, trocou. As coisas ao redor foi melhoria, cresceu, foi aos poucos. Lazer aqui não tem muito. A gente precisa, coisas de esporte pros jovens. Eu tenho um jardinzinho, mas cuido mais das árvores, porque eu adoro árvore. Eu não moro com meus filhos, uma mora no Belém, outra no Patriarca, outro em São Miguel, outro em Alagoas. Quando vim pra cá morava só com um filho, depois ele foi embora. Hoje sou eu e um senhor. Precisava que fizesse mais alguma coisa por nós, por exemplo pros jovens, tipo uma pista de skate. A prefeitura fez uma pracinha pras pessoas idosas, mas as pessoas destróem. A prefeitura limpa a praça, corta o mato, tira o lixo e a população descarrega as caçambas. Muita coisa da fazenda foi mantida, tipo árvore nativa, que deixaram, pássaro é o que mais tem. A nascente do rio é lá em cima, tá preservada porque o pessoal estraga. A gente usava bastante a água do rio, pra lavar louça, lavar roupa. Na época do mutirão, chegava às sete da manhã, era tirar terra, carregar tijolo, cimento, bloco, encher a lajota que subia pela carretilha. Era cansativo, minha mão cheia de calo, mas era gostoso, a gente trabalhava com prazer porque sabia que ia ser a nossa casa. Meio dia almoço. A CDHU não dava nada, aí a gente pagava uma quantia por mês pro café, papel higiênico, açúcar. Voltava à uma e ia embora às cinco. Se passasse muitos dias devendo, sem vir construir, a pessoa perdia a vaga. Muita gente perdeu. Às vezes não tinha dinheiro ou não queria. Aí passava pra frente da lista. Me mudei em fevereiro de 2001, em abril chegou a primeira prestação. 25 anos pra pagar. CDHU e CAIXA acham uma área e abrem inscrição. Eu nem sabia onde ficava Fazenda do Carmo, não queria saber, queria uma casa pra morar”.*

O depoimento da Jô nos traz diversos elementos para pensar. Primeiramente, olhemos para a escolha do espaço escolhido pela CAIXA e pela CDHU para abrirem um novo conjunto habitacional: como visto anteriormente, tratou-se de uma área no limite da urbanização, um lugar afastado, sem infraestrutura que, como nos diz Amélia Damiani, reforça a imposição da racionalidade do projeto habitacional como estratégia da política estatal:

as terras adquiridas ficam nos limites da cidade, reforçam a possibilidade de seu tratamento como terra arrasada, desértica, sem

referência. O passado, a história são mais facilmente descartados nessas grandes glebas e a racionalidade do projeto habitacional mais facilmente imposta (DAMIANI, 1994, p.102-103).

Ainda, segundo a autora

o espaço é, ao mesmo tempo, estratégia, regulação intentada, forma, comportando representações elaboradas, e conteúdos diversos, tempos vividos. O lugar de habitar não é neutro do ponto de vista do processo reprodutivo da sociedade. Mesmo sem levar às últimas consequências a funcionalidade desse espaço moderno, ela garante um aspecto reprodutor. Até nas placas dos centros comunitários, à vista, é possível avaliar-se o eco das políticas oficiais (DAMIANI, 1994, p.109).

Outro elemento presente na narrativa de Jô é o cotidiano dos contemplados com a política habitacional: sem água, asfalto, energia elétrica, transporte, e sem uma contrapartida do poder público para garantir o acesso ao local das obras, essas pessoas trabalhavam durante a semana e vinham construir sua própria casa aos sábados, domingos e feriados. Dessa forma, o tempo livre desses trabalhadores foi inserido na concretização da política pública. O conjunto habitacional é literalmente obra de seus moradores. Tomando a reflexão de Amélia Damiani sobre o cotidiano, vemos que a Jô e as outras pessoas, elas mesmas, produziram sua ascensão e instalação no cotidiano. A geógrafa nos diz que

o cotidiano não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização de vida assegurada. Quando o banal do dia a dia, como se alimentar, vestir-se, alojar-se, locomover-se, produzir, faz parte da vida de forma segura. Lefebvre define o cotidiano, neste sentido, como algo entre o infra-cotidiano e o supra-cotidiano, enquanto uma sorte de média social. Aqueles que vivem nas favelas e cortiços, convivendo com a possibilidade iminente da perda da casa, têm na casa própria a ascensão ao cotidiano. No nosso caso, em particular, o conjunto habitacional pode representar a instalação no cotidiano (DAMIANI, 1994, p.97).

Um outro elemento a ser mencionado é a despersonalização enunciada no nome dos prédios, A-17, A-20, que os confere a identidade abstrata da autoridade que tenta se firmar com a produção e reprodução de um espaço "planejado", aquele imediatamente afeto a instâncias mais amplas e distantes (DAMIANI, 1994, p.106).

Por fim, é relevante pontuar a condição de migrante de Jô, que é de Alagoas, fixou-se em São Miguel Paulista, bairro conhecido pela tradição nordestina, e construiu sua casa na

área de pesquisa, sem saber onde era, representando a possibilidade de ascensão ao cotidiano, debatida anteriormente. Segue abaixo a imagem de dois momentos da rua em que moro, mencionada pela Jô:



Imagem 8. Rua Paulo Gracindo antes do asfaltamento e atualmente, sem data. Os prédios em evidência fazem parte do condomínio onde moro. Na frente deles, a E.E. Esther de Figueiredo Ferraz e parte da ambiência quarteirão apropriado.

## 6. Observação etnográfica

A etnografia é um método da antropologia que surgiu com o intuito de compreender as realidades dos grupos nativos desconhecidos pelos europeus. O inicial paradigma racista-evolucionista de que os nativos eram povos selvagens, primitivos e atrasados, passivos de dominação, vem sendo substituído pelo paradigma da existência de diferentes culturas e epistemologias a serem reconhecidas e respeitadas em seu modo de ser, agir e pensar. A etnografia, dessa forma, tem se feito como mergulho na realidade do outro. Magnani (2002) nos convida a fazer essa reflexão de forma a construir os caminhos para se pensar o fenômeno urbano. Para o autor, o que se propõe inicialmente com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques de fora e de longe, evitando uma dicotomia que opõe o indivíduo e as megaestruturas urbanas e evoca vagos laços sociais, mas desconhece a existência de grupos, redes, sistemas de troca, pontos de encontro etc. É essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar: a dos moradores e suas ações na cidade. Sobre isso, Magnani nos diz que

a simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2002, p.17).

Mas o autor nos adverte que não é toda proposta de pesquisa referida ao método etnográfico que busca esse tipo de conhecimento, e nos traz a modalidade que caracteriza como “de passagem”:

ela consiste em percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz (MAGNANI, 2002, p.18).

Nesse sentido, podemos dizer que deriva e etnografia se combinam. Enquanto a deriva é o primeiro momento de aproximação com o lugar de estudo, a etnografia é o

aprofundamento desse contato, onde as ambiências são a relação que os grupos estabelecem com os espaços.

Como já foi dito anteriormente, tanto a disciplina de trabalho de campo como este trabalho, não se pretendeu fazer deriva ao modo situacionista, tampouco uma etnografia do bairro, e sim usá-los como recursos. Uma contribuição da monitora Elisa Verdi<sup>12</sup>, foi o compartilhamento da metodologia do seu trabalho conosco, que escolheu a etnografia como recurso de campo e que possui etapas e modalidades de escrita para cada momento. Para as anotações de campo, ela sugeriu o registro de informações e impressões, misturando fatos, emoções e pensamentos do pesquisador: lugares, contextos, paisagens, fatos, falas curtas, pessoas, comportamentos. Sobre o diário de campo, ela disse que é o ato de colocar no papel a série de eventos do campo, relacionando os fatos e as falas e contextualizando-os no tempo e no espaço em que ocorreram, é uma sistematização das impressões que se constrói pelas anotações de campo e pela memória. Sobre a narrativa etnográfica, é preciso considerar que ela acontece depois do campo porque demanda um certo distanciamento entre nós e o campo. É o momento de análise das informações coletadas em campo que realiza um movimento do concreto (o campo) para o abstrato (a análise das ações, comportamentos e lugares). A narrativa etnográfica reúne, num mesmo texto, literatura e argumento científico. Enquanto o diário contém a descrição experimental, a narrativa contém a reflexão imbuída de teoria.

Sendo assim, escolhi duas ambiências para fazer a observação etnográfica: a do **quarteirão apropriado** e a da **ocupa-expansões**. A escolha foi motivada pelo interesse nessa atitude da apropriação feita pelos moradores do espaço em que habitam, trazida pela Amélia e por Magnani, e também pelo interesse na questão da moradia. Sendo assim, acompanhei por algumas horas a permanência do Diego, na primeira ambiência, e a do Cláudio e do Léo, na segunda<sup>13</sup>.

## **Diego**

Na ambiência quarteirão apropriado, neste dia eu estava acompanhada de minha filha e meu amigo Agnelo, vimos algumas pessoas pintando em cavaletes lá embaixo no fundo de vale, ao lado do córrego. Aquilo realmente foi uma cena inusitada para o cotidiano pouco diversificado/padrão do bairro. Fomos até lá perto olhar, perguntamos a um trio de pessoas

---

<sup>12</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) e monitora pelo Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE).

<sup>13</sup> Em relação à exposição da observação etnográfica, eu me detive ao momento do diário de campo.

mais velhas que subiam o barranco, estavam indo embora e disseram que era uma iniciativa de um importante pintor da década de 1980 em parceria com o Link, responsável pela horta do fundo de vale. Disseram que ocorria quinzenalmente.

Continuamos lá, querendo saber mais sobre, até que um dos rapazes que estava pintando nos abordou dizendo que podíamos tirar foto lá embaixo se quiséssemos e eu disse que estava fazendo um trabalho sobre o bairro e se poderia conversar com alguém ali, e prontamente ele me indicou o Link. Descemos e fomos apresentados a ele, que se apresentou como Link, Diego ou Museu, este último marca de suas pichações pela cidade. Ele disse que estavam pintando, que ele era artista e que tinha uma exposição na galeria Millan, na Fradique Coutinho e que a ideia de estarem ali era incentivar outros da quebrada a se lançarem artisticamente. Uma parceria com o artista e professor Rodrigo, do bairro Sumaré. Ele mostrou a horta, tudo o que tinha plantado ali: bananeira, goiabeira, hortelã, manjeriço, cidreira. Mostrou uma nascente que ele mesmo achou e colocou um cano ali pra usar a água limpa. Tinha umas dez pessoas pintando. Vim a saber que a senhora que ia embora quando cheguei era neta de Tarsila do Amaral.

O Diego disse sobre o abandono do espaço, que por estar entre a fronteira das subprefeituras de Itaquera e C. Tiradentes, nenhum dos dois poderes se responsabilizam. Ele disse que antes da construção das torres da ENEL, havia uma pista de skate e outra quadra de esportes. Ele disse que viu os conjuntos habitacionais serem construídos. Ele é da Vila Cosmopolita, em Guaianases. Ele disse que a construção das torres não beneficia ninguém dali porque a energia não fica ali, vai para o outro lado da avenida Jacu-Pêssego, mas que não houve organização dos moradores para impedir. O Diego, junto com seu coletivo organiza o Sarau dos Loucos na praça batizada e pichada por ele com esse nome.

### **Cláudio**

Em mais um exercício de etnografia, conheci o Cláudio no local em que tirei a fotografia escolhida para a decupagem. Quando eu cheguei, ele disse que já havia me notado porque me viu tirando fotos, o que causou certa suspeita. Ele me advertiu sobre isso, mas aceitou conversar comigo. Na realidade, eu não o havia visto, e estava indo em direção a uma mulher que estava na frente de uma das habitações, mas ele me chamou antes que eu chegasse até ela, me apresentei a ele e expliquei o que estava fazendo ali. Enquanto conversávamos, ele ia trabalhando na construção das habitações, sempre dando atenção aos moradores e pessoas que ali chegavam. Havia homens, mulheres e crianças.

O Cláudio me contou que a ocupação ali era bastante recente e que, inclusive, há três meses atrás havia sido demolida por trator, sem nem aviso de reintegração de posse. Segundo ele, antes da demolição havia mais habitações que atualmente, as quais passaram a reconstruir. Ele me contou sobre a importância da telha e da permanência das famílias nas habitações como fatores fundamentais para conseguirem permanecer ocupando. A telha significa que a construção é uma moradia e ter gente morando cumpre essa função.

Na ocasião da demolição, muita gente que morava ali foi ocupar a COHAB José Bonifácio, onde tinham prédios vazios. Ele me contou que o terreno era de um japonês que colonizou aquela área para cultivo de pêssego, daí o nome da Avenida Jacu-Pêssego, antigo e principal caminho de escoamento do produto na época. Alguns dos perfis de famílias que decidem ocupar é porque às vezes moram mais de uma família dentro dos apartamentos da CDHU e o espaço fica pequeno para todos, outros porque com a crise e a inflação não conseguem continuar mantendo aluguel e despesas.

Antes eles se referiam como Terra Nova e atualmente como Grupo da Oração, pois muitos são evangélicos e inclusive frequentam o Monte de Guaianases. Eles contam com a ajuda de um advogado que media a situação, mas não são um movimento organizado como a FLM no terreno ao lado.

### **Léo**

No meu último exercício fui à ocupação da FLM, onde conheci o Léo, que mora há três anos na casa que construiu onde era ocupação e que se regularizou recentemente. Ele me levou para conhecer por dentro da casa e ruas da área regularizada, onde há muitas casas em construção e também na área de terreno verde, onde ainda será construído. Depois me levou na ocupação onde havia a bandeira da FLM e que ainda não está regularizado. Ele me contou sobre sua vida e também justificou porque precisavam ocupar. Foi muito interessante e instigante adentrar no seu “pedaço” (MAGNANI, 2002, p.21). Ele me mostrou toda a área construída e além, onde ainda será construído. Conversamos muito sobre a vida. Ele detém muito conhecimento sobre o relevo local, sobre a melhor forma de manuseio do solo para a construção, e sobre a utilização dos materiais mais adequados.



Imagem 9. Casas sendo construídas em área regularizada após a ocupação.

### **Eu, moradora**

Como moradora, meus exercícios de etnografia também foram feitos no próprio condomínio onde moro, às vezes da janela de dentro de casa mesmo ou passeando com minha filha pela área comum, em que vejo os condôminos e funcionários passando, estacionando o carro, passeando com os cães, mexendo nas plantas, conversando. A maioria das pessoas que vejo ao longo do dia são pessoas idosas ou crianças. Das pessoas que troquei algumas palavras, algumas vem do interior de Minas Gerais, outras de alguns estados do Nordeste. No condomínio onde moro existe a prática da peregrinação da imagem de Nossa Senhora de Schoenstatt, que é a circulação da imagem da santa católica pela vizinhança dos prédios, às vezes acompanhada de oração conjunta entre os fiéis.

Também fiz meus exercícios de etnografia pelas voltas que dou no bairro, indo à uma consulta na UBS, indo ao mercadinho, ao açougue, à feira, à farmácia, ao ponto de ônibus ou dentro do ônibus mesmo, onde tento captar a relação dos moradores entre si e com o bairro. Na rua do meu condomínio, além dos cães, é comum encontrar vacas, bezerras e cavalos andando pela rua, pastando pela área verde em frente. Andando pelas ruas dos lotes de casas, é comum encontrar casas de dois e até três andares e pequenas vendinhas em frente à calçada dessas casas. Calçada apropriada para a abertura de pequenos empreendimentos: açaí, frango assado, barzinho, bicicletaria. Nestas observações, notei a existência de poucos equipamentos de cultura, esporte e lazer adequados, a grande quantidade de escolas, a grande quantidade de lixos e entulhos pelas ruas e terrenos baldios. A música que se ouve tocar nos carros é predominantemente o funk.

Uma das primeiras coisas que senti falta quando cheguei aqui foi o “lado B” do lugar, que é apenas e tão somente na rua e andando pela rua que o encontramos. O “lado A” é o que a Amélia Damiani coloca como espaço controlado, racionalizado, programado, com o cotidiano como expressão social dessa lógica, em que a mercadoria principal é o próprio morador da COHAB, que se vê sujeitado a vender sua força de trabalho no centro da cidade<sup>14</sup>. Nesse sentido, o lado B é o da apropriação feita fora dos moldes do esperado, do programado, em que vi sua expressão maior na ambiência do quarteirão apropriado, onde são desenvolvidas algumas atividades culturais já mencionadas. Próximo da conclusão desse trabalho, tive a oportunidade de presenciar um desses momentos captados em imagens como mostro a seguir:



Imagem 10. Flyer de chamada para encontro cultural.

<sup>14</sup> Meu companheiro mesmo trabalhou por quatro anos na Sé até o mês de outubro deste ano, pegando ônibus e trem lotados.



Imagem 11. Encontro cultural na Praça dos Loucos.



Imagem 12. Encontro cultural na Praça dos Loucos.

## 7. Síntese final

Em sua tese de livre docência, Odette Seabra estudou as transformações do bairro do Limão no processo de transformação da cidade de São Paulo em metrópole. Segundo a autora, o bairro “é um acontecer fundado em práticas concretas que articulam, num lugar, parentela, vizinhança, compadrio sob múltiplas formas de solidariedade e sobretudo de reciprocidade. Define-se como uma unidade em relação à cidade” (SEABRA, 2003, p.26) e, por isso mesmo é que ele só pode ser estudado enquanto parte de uma totalidade (a cidade e sua sociedade), enquanto tema e problema “onde dá para se discutir a urbanização por inteiro, ou seja, as diferentes temporalidades contidas na urbanização da sociedade, expressas na fragmentação do espaço e do tempo” (SEABRA, 2003, p.36). Como nos apresenta Lefebvre, a industrialização é o indutor e a urbanização é o induzido (LEFEBVRE, 2001, p.3), isto é, o bairro e a cidade precedem a industrialização e é a partir desta que aqueles sofrem mudanças significativas, chegando-se a ideia da inviabilização da própria existência do bairro, assim colocada pela geógrafa:

a vida de bairro floresceu, desdobrou-se com os impulsos positivos advindos da industrialização. A partir de então, a urbanização se daria em função e em simbiose com a industrialização. E este processo aparecerá por inteiro na vida de bairro, até o ponto em que, ao que parece, inviabilizará, no todo e/ou em parte, a própria vida de bairro (SEABRA, 2003, p.23).

A vida de bairro, segundo a autora é o que define o bairro, é o seu conteúdo, e com a modernização, essas relações se modificam. Ela nos diz que

a generalização das trocas e do dinheiro acabou por produzir uma socialização abstrata tanto da natureza como da vida, à medida que o dinheiro, originariamente elemento de mediação e de equivalência para as trocas, ganhava autonomia e definia um movimento próprio. Em consequência, a monetarização absoluta resulta na fragmentação do tempo em funções reprodutivas. Assim é que se superpõe, ao que fora o tempo comum e cotidiano da vida de bairro, o tempo social abstrato do mercado, da mercadoria. É nisto que está o consumo do próprio bairro (SEABRA, 2003, p.24).

Conforme apresentado, o surgimento da área de pesquisa, projetada como conjunto habitacional, se deu a partir do final da década de 1990, momento em que São Paulo já está consolidada como metrópole. Os conjuntos habitacionais nascem, portanto, com essa

característica moderna, racionalizada, fracionada, funcional, em consonância com o automovimento do dinheiro e as decisões políticas determinando a produção do espaço. Nesse sentido, podemos afirmar que o Conjunto Habitacional Fazenda do Carmo é um bairro? Aliás, a forma urbana conjunto habitacional seria uma oposição ao bairro? Pode-se falar numa “vida de conjunto”?

Dadas as limitações de tempo para realização, aprofundamento e análise dos exercícios de campo, é difícil chegar a uma conclusão sólida. Aparentemente, o conjunto habitacional seria uma superação do bairro, porque já projetado a partir de um conceito modernizado da cidade. Mas, pelos exercícios de campo, pensando na possibilidade de apropriação do espaço feita pelos moradores, alguns elementos de vida de bairro se fazem presentes. Os moradores vem de outras experiências socioespaciais e as reproduzem ao se instalarem em um novo lugar.

Em linhas gerais, o Conjunto Habitacional Fazenda do Carmo pode ser considerado como um não-bairro muito recente (pouco mais de vinte anos) ainda em processo de (con)formação, onde moram trabalhadores migrantes e seus descendentes. Sua dinâmica cotidiana, de acordo com a faixa etária, gira em torno do trabalho (sua falta ou aposentadoria), da religiosidade, da visita a parentes, da ida ao comércio, do cuidado com o lar, da cordialidade entre vizinhos, das brincadeiras, dos conflitos da convivência em comunidade. Para uns, este espaço significa a realização da casa própria, a fixação e estabelecimento de uma geração. Para outros, é um espaço a ser conquistado e transformado.

## 8. Bibliografia

BONDUKI, Nabil. A habitação por conta do trabalhador. In: Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p.280-313.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social e Sugestões para um jovem pesquisador. In: O tempo vivo da memória. SP: Ateliê Editorial, 2003. p.49-67.

DAMIANI, Amélia Luisa. A cidade (des)ordenada. Boletim Paulista de Geografia n. 72, 1994, p.95-110.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. In: JACQUES, P. (org). Apologia da deriva. RJ: Casa da palavra, 2003. p.87-91.

Histórico Demográfico do Município de São Paulo. Disponível em: <[http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/tabelas/pop\\_dist.php](http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_dist.php)>. Acesso em <04 nov 2021>.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo. Diário de uma favelada. Ática: São Paulo, 2001.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, 2006, p.77-92.

LEFEBVRE, Henri. Industrialização e urbanização. In: O Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001, p.03-26.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17 no 49 junho de 2002, p.11-29.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, 2006, p.105-136.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico, um híbrido. In: A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002, p.65-71.

\_\_\_\_\_, Milton. O papel das rugosidades. In: Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978, p.171-176.

SCIFONI, Simone. Transcrição de trecho de aula, 2021.

SEABRA, Odette Carvalho Lima. A caminho de um conceito e O bairro na Geografia. In: Urbanização e Fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Livre Docência (Tese) - Geografia/FFLCH/USP, 2003, p.22-41.

SILVA, Márcio Rufino. “Mares de prédios” e “mares de gente”: território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes, Dissertação de mestrado - Geografia/FFLCH/USP, 2008.

TOLEDO, Adriana. A fortuna do invisível. Um trabalho de campo para os trabalhos de campo em Geografia. Trabalho de graduação individual - Geografia/FFLCH/USP, 2019.

## 9. Anexos

### I

#### Carta aberta à Pró-Reitoria de Graduação

Os alunos e alunas do curso de Geografia da USP, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas vem através desta carta exigir em caráter de urgência os devidos esclarecimentos sobre a não aprovação da verba adequada para a realização dos trabalhos de campo das disciplinas do curso para os dois semestres de 2017. Além disso, nos preocupa não apenas a forma arbitrária que uma decisão desse teor e de efeito tão amplo é tomada por um órgão tão restrito, como também o pouco comprometimento da pró-reitoria com os prazos de aprovação mínimos para a organização e efetivação dos campos no calendário letivo, comprometendo a realização destes com a proposta pedagógica das disciplinas. Dessa forma, gostaríamos de expressar a insatisfação geral por conta do ocorrido, além de considerarmos que nenhuma justificativa é válida perante esse ataque ao nosso curso e aos outros que também foram alvo de cortes.

Desde muito tempo é nítida a importância dos trabalhos de campo como ferramenta fundamental para a formação das geógrafas e dos geógrafos, em consonância e como complemento às teorias vistas em sala de aula. Segundo Hissa e Oliveira (2004, p. 38): “Os trabalhos de campo, desde que acompanhados de referências teóricas, podem constituir-se de indispensável instrumento da ampliação das perspectivas conceituais dos estudantes”. A partir disso, pode-se perceber ainda o quão relevante é, não só para a formação de profissionais qualificados, mas também, no que tange ao retorno dado a sociedade, enquanto futuras e futuros profissionais, pois diversas e diversos estudantes atuarão na educação, desde o nível básico até o nível superior, em múltiplos contextos e realidades.

Além disso, ressaltamos a necessidade de vincular a dimensão teórica à prática, pois ambas só serão completas em uma perspectiva integrada, ou seja, só tem valor enquanto coexistentes. As teorias nos explicam parte da realidade, mas, é somente a ida a campo que nos permite observar o dinamismo da realidade, que reforça a incompletude das teorias e a necessidade de repensá-las a todo instante. Sem a experiência do campo, o movimento e a análise se tornam incompletos. Hissa e Oliveira (2004, p. 39): “Todas as anotações dizem respeito ao necessário esforço teórico-metodológico para que a disciplina possa, através dos trabalhos de campo, desenvolver maiores possibilidades de construção de um discurso progressivamente mais consistente e mais prático: para a vida dos saberes, em especial da geografia, para a vida dos indivíduos e da sociedade”.

A Geografia foi concebida na Universidade de São Paulo com base na linha de estudos da escola francesa. Esta coloca como central a relação entre o homem e o meio onde ele vive, valorizando a experiência empírica do ser humano e a possibilidade de intervir no espaço geográfico ao seu redor. Dentro desse contexto, a escola paulista de geografia em especial foi fundamental para a difusão e desenvolvimento da ciência por todo o território nacional e podemos citar inúmeros geógrafos cuja importância foi fundamental para a construção da ciência geográfica e a sua utilização pelo próprio Estado brasileiro, através de políticas públicas, planos de desenvolvimento e planejamento estatal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outros meios.

Pierre Monbeig, geógrafo de total importância para a fundação e consolidação da escola de geografia desta universidade em 1935, tem entre seus principais trabalhos “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” e “Crescimento da Cidade de São Paulo”, uma produção científica imprescindível para o entendimento do Estado de São Paulo em sua principal fase de expansão. Tal prática geográfica tem a descrição detalhada da paisagem histórica e social como pilar fundamental, como colocado por Ab’Saber, um de seus mais notáveis estudantes:

*“São Paulo fervia, o Brasil fervia, e Monbeig não deixou de perceber isso. De pronto, começou suas pesquisas sobre as zonas pioneiras no Oeste do estado de São Paulo e Norte do Paraná alertando seus alunos sobre a importância dos trabalhos de campo. Aziz Ab’ Saber, ele mesmo um de seus alunos, lembra que Monbeig advertia; que toda a teorização precoce acabava por ser repetitiva e infértil. Era necessário iniciar-se por trabalhos analíticos sobre temas reais, percebidos no teatro geográfico das atividades humanas, quer no mundo rural quer no urbano. Antes de se iniciar nos trabalhos de campo e na percepção das relações entre os homens e a terra, e os homens e a sociedade, era impossível teorizar” (Ab`Saber, 1994).*

Ressaltamos então que a geografia enquanto ciência deve possuir necessariamente uma dimensão empírica como forma de estudo, desempenhada pelos trabalhos de campo, sem os quais a base estruturante da geografia enquanto ciência fica comprometida em sua qualidade historicamente reconhecida. Reiteramos portanto que a geografia desde sua gênese tem como fundamento a imprescindibilidade do trabalho de campo como método científico por excelência.

Devemos também lembrar que o Ministério de Educação, a partir do PARECER CNE/CES 492/2001, reitera o trabalho de campo enquanto parte das competências e habilidades na formação do geógrafo. Foi baseando-se nisso que o Departamento de Geografia, em seu Projeto Político Pedagógico, enfatiza que a execução da grade curricular depende da realização desses campos, sendo que metade dos créditos obrigatórios (360 créditos) é constituído pela realização de créditos trabalhos (estes que incluem o trabalho de campo).

Cabe ressaltar que na obrigatoriedade do trabalho de campo para a reconhecida formação do geógrafo pelos competentes órgãos de educação, a necessidade de sua gratuidade passa a ser fundamental devido à composição socioeconômica de seu corpo discente, principalmente após medidas e inclusão adotadas recentemente pelo departamento, que visam um acesso universitário mais democrático e socialmente justo.

Assim, na plenária ocorrida em 24/04/2017 no Departamento de Geografia, composta por 206 estudantes e docentes de geografia, verificamos a necessidade de exigir maior transparência nos trâmites de deferimento ou não de verba destinada aos trabalhos de campo, além de condições nas quais as negativas dos trabalhos de campo sejam discutidas e decididas entre a Reitoria e o próprio Departamento de Geografia, uma vez que estes fazem parte do crédito de trabalho previsto na própria grade curricular do curso de bacharelado de geografia, o qual é pública e acessível para qualquer cidadão.

Frente a já crítica condição do ensino do curso, com a falta de docentes decorrente da sua não reposição, e as condições físicas dos espaços de aula, esperando a reforma adequada há mais de uma década, consideramos que o não oferecimento dos trabalhos de campo pode fragilizar ainda mais o curso e inviabilizá-lo completamente em prazo de anos.

Diante disso, reforçamos o pedido urgente de um parecer detalhado de todos os indeferimentos dos trabalhos de campo deste 1º Semestre. Lembramos que a não concretização destes campos inviabiliza a realização das disciplinas que os requeiram, inviabilizando, portanto, a própria formação dos estudantes que estão em vias de conclusão do curso. Tal impasse pode implicar em ações legais individuais e/ou coletivas que assegurem o trabalho acadêmico proposto e aprovado pelo Ministério de Educação.

*Estudantes de Geografia da FFLCH.*

## II

**Disciplina: Trabalho de Campo em Geografia I**

**Profª Simone Scifoni – 2021**

**Objetivo:** apresentar e debater o trabalho de campo em Geografia; problematizar o como fazer; apresentar, debater e realizar diferentes técnicas e recursos de campo; realizar exercícios de sínteses das atividades de campo.

**Programa:**

aula	data	Conteúdo
1	13/04	<b>Questões iniciais sobre o trabalho de campo em Geografia.</b> Texto: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. RJ/ 2017. p.35-46.
2	20/04	<b>Reflexões teóricas sobre o campo.</b> Textos do Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84 (2006): (1) BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? p. 25-50. (2) MARCO, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante, p. 105-136. (3) LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos, p. 77-92.
3	27/04	<b>Caminhar e olhar. Olhar a contrapelo.</b> Textos: (1) CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. RJ: Vozes, 2014. p.176-182. (PDF, pág: 88-91). (2) BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, W. Obras escolhidas. Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2011. (p.224-225) (3) LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005. (p. 70-82)
4	04/05	<b>O bairro como unidade espacial e análise.</b> Texto: SEABRA, Odete C.L. Urbanização e Fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Livre Docência (Tese) – Geografia/FFLCH/USP, 2003. p. 22-41. (A caminho de um conceito e O bairro na Geografia).
5	11/05	<b>A deriva como exercício exploratório de campo.</b> Texto: Guy Debord. Teoria da deriva. In: JACQUES, P. (org). Apologia da Deriva. RJ: Casa da palavra, 2003.p.87-91.
6	18/05	<b>Trabalho de campo individual ou em grupo para realização de exercícios de deriva no bairro (a escolha).</b>
7	25/05	<b>O mapa da deriva como exercício de síntese.</b> Texto: FREIRE, Cristina. Além dos mapas. Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. SP: Sesc/Annablume, 1997. p.56-103. ATIVIDADE EM AULA: mapa da deriva
8	01/06	<b>Uso de fontes cartográficas, documentais, estatísticas, iconográficas:</b> plataformas digitais disponíveis e cartografia histórica. Aula prática nas plataformas e sites. ATIVIDADE EM AULA: exercício de pesquisa



9	08/06	<b>Leitura do campo a partir do conceito de paisagem.</b> Exercícios de decupagem. Textos: (1) SANTOS, Milton. A natureza do espaço. SP: Edusp, 2002. Cap. 3 – espaço geográfico, um híbrido (p. 65-71). (2) SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. SP: Hucitec, 1978. Cap. 12: o papel das rugosidades (p.171-177) – (pag PDF: p.86-89) ATIVIDADE EM AULA: trazer uma foto do bairro para decupagem e análise da paisagem.
10	15/06	<b>História oral como recurso de pesquisa de campo.</b> Texto: BOSI, Eclea. O tempo vivo da memória. SP: Ateliê Editorial, 2003. Cap. 2 (A pesquisa em memória social) e cap. 3 (Sugestões para um jovem pesquisador) - p. 49-67. (PDF: p. 27-36)
11	22/06	<b>Aula prática. Exercício de campo com história oral.</b>
12	29/06	<b>Observação etnográfica.</b> Texto: MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 17 no 49 junho/2002. (p.11-29)
13	06/07	<b>Aula prática: exercício de observação etnográfica no bairro.</b>
14	13/07	<b>Escrita do caderno de campo: dificuldades, potencialidades.</b> Apresentação Caderno de Campo da Elisa Verdi. Texto: SANTOS, Carlos Nelson F. (coord) Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. RJ: Finep/Ibam, 1985. p.21-28. ATIVIDADE EM AULA: escrita do texto final
15	20/07	<b>Sistematização dos resultados de campo.</b> O relatório de pesquisa. Fechamento da disciplina.

#### Avaliação:

PPT das atividades (ou outro tipo de arquivo contendo):

Página 1: nome da/o aluna/o, número usp, bairro pesquisado

Página 2: mapa da deriva

Página 3: o que encontrou sobre o bairro nas fontes cartográficas, documentais, estatísticas, iconográficas (com comentários)

Página 4: leitura da paisagem por meio da foto

Página 5: exercício de história oral

Página 6: exercício da etnografia